



Controle externo da educação: uma agenda emancipatória

Élida Graziane Pinto

Meios para o atingimento de fins

- PPA Municipal 2022-2025;
- Regulamentação da Emenda 108/2020;
- 7º ano da vigência do PNE e o silêncio eloquente em torno do SNE, do CAQ e da LRE;
- Desafios da pandemia e custos da ignorância;
- Deborah Duprat: "Em 2020, estamos mais perto de 1500 do que de 1988"

Como controlamos a aderência do ciclo orçamentário ao planejamento setorial da educação?

Metas físicas = Resultados

Avaliação do cumprimento tempestivo das metas e estratégias do PNE:

- 1) Descumprimento imotivado deve servir de motivo para impugnar o piso contábil-formal em MDE e a aplicação do Fundeb;
- 2) Diálogo permanente com a comunidade escolar para fortalecimento da teia de freios e contrapesos



Metas Financeiras = Custos

Exame dos custos e indicadores de gasto educacional:

- 1) Rastreamento de despesas alheias à atribuição primordial do ente;
- 2) Matriz de risco em insumos sensíveis, para evitar desvio dos recursos educacionais;
- 3) Gestão de pessoal da educação (controle de pessoal ocioso e de produtividade mínima, conforme DL 200/1967 e EC 19/1998), até para que haja margem fiscal para efetiva valorização de tais profissionais

VEJA O RESUMO DAS METAS PREVISTAS NO PROJETO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

METAS

1 Universalizar, até 2016, a educação infantil para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.

2 Universalizar o ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada.

3 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

4 Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, o acesso à educação básica e ao atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

5 Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

6 Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas.

7 Fomentar a qualidade da educação e a melhoria da aprendizagem, de modo a atingir determinadas médias nacionais (Ideb) a cada ano de vigência do PNE.

8 Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo, para as populações do campo, da região de menor escolaridade do País e dos 25% mais pobres. Igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

9 Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto.

10 Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, de forma integrada à educação profissional.

11 Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando pelo menos 50% da expansão no segmento público.

12 Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%; e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

13 Ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

14 Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores

15 Garantir, em um ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurado que todos os da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área em que atuam.

16 Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica e garantir formação continuada em sua área de atuação.

17 Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

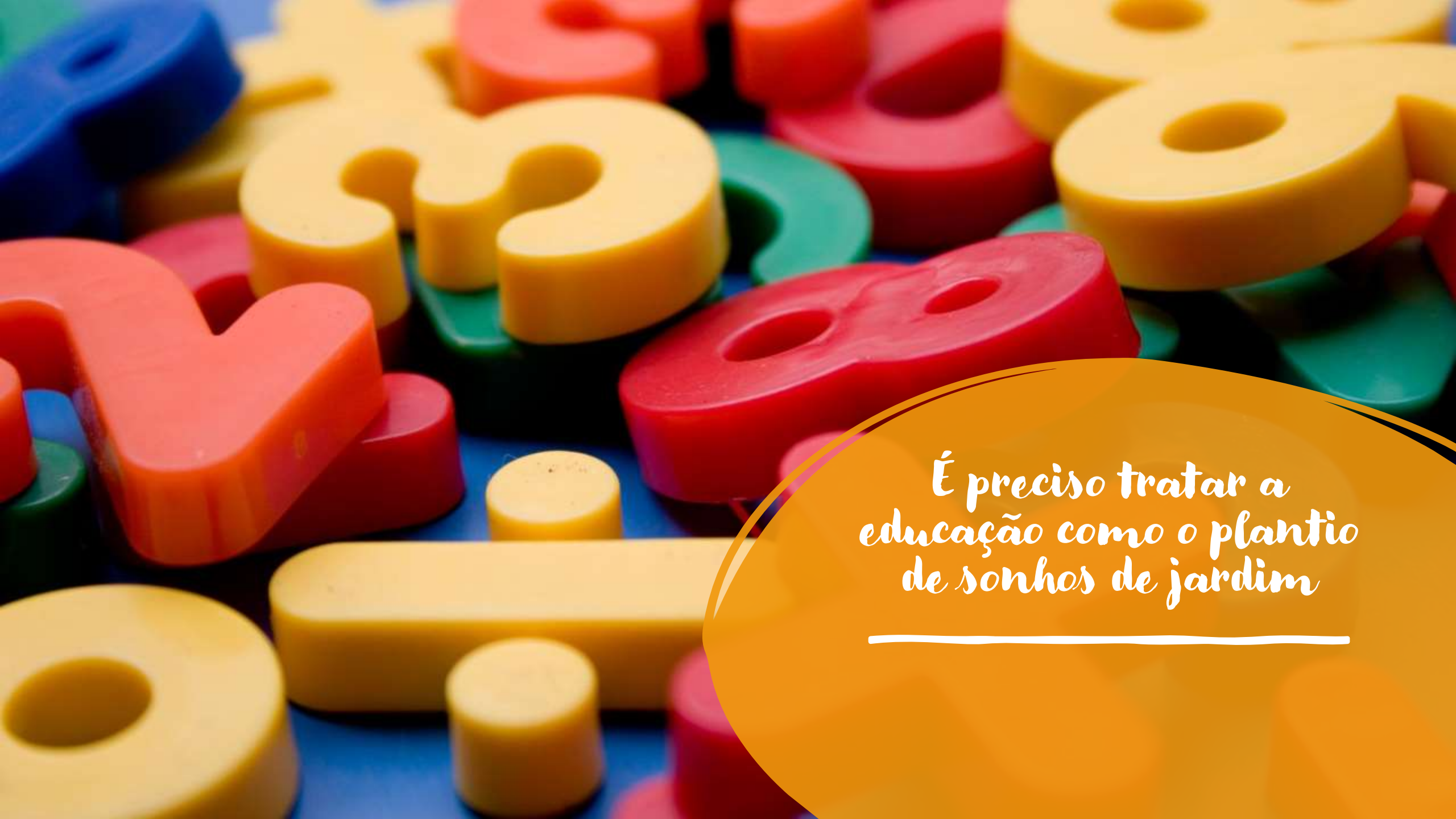
18 Assegurar a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino.

Projeto de Lei nº 8035/2010 (Plano Nacional de Educação): ls.gd/e75j9n

OBS: texto aprovado em 3/6/2014 pela Câmara dos Deputados

Para acompanhar o PNE: www.deolhonosplanos.org.br www.observatoriodopne.org.br

Onde
queremos
(queríamos)
chegar?



*É preciso tratar a
educação como o plantio
de sonhos de jardim*

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Caro senhor ministro da Educação

*É a beleza que engravida o desejo.
Os sonhos de beleza têm o poder de
transformar indivíduos isolados
num povo*

RUBEM ALVES

Acho, Paulo Renato, que você ocupa a posição política mais importante do Brasil -mais que a da Presidência. Sobre o presidente paira uma maldição terrível, descrita por Maquiavel em "O Príncipe": a maldição do poder. O poder é um demônio que não dá descanso, não havendo exorcismo que o resolva. Totalitário, ele se apossa do corpo e da alma; exige lealdade total e não deixa sobrar tempo para mais nada. Tal qual são Jorge, o presidente passa os dias e as noites lutando com um dragão que ressuscita a cada manhã, não lhe sobrando tempo para dedicar-se às coisas que são essenciais.

O essencial na vida de um país é a educação. Se não me falha a memória, você estudou em colégio de padres e vai entender o que digo. No Evangelho de João, está escrito que "no princípio era o Verbo". "Princípio", em grego, é palavra filosófica, que não significa só começo no tempo, mas fundamento -aquilo que é a base do que existe.

Acho que o autor sagrado não ficaria bravo comigo se eu fizesse uma tradução livre do seu texto para os tempos modernos: "No princípio é a educação". A educação, em essência, é precisamente isso: o exercício do Verbo.

Pensa-se que a tarefa de um político é administrar o país: pôr a casa em ordem, construir coisas novas, consertar as velhas; cuidar de finanças, saúde, segurança, Justiça e meios de comunicação; administrar os meios de escolarização existentes, coisa sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Discordo. Há uma diferença qualitativa entre o que fazem os ministérios administrativos e o que o Ministério da Educação deve fazer. Os primeiros cuidam do "hardware" do país; lidam com a "musculatura" nacional. O segundo cuida do "software", da "inteligência" nacional. Seu objetivo é fazer o povo pensar. Porque um país -ao contrário do que me ensinaram na escola- não se faz com as coisas físicas que se encontram no seu território, mas com os pensamentos do seu povo.

Explico: o que está no início, o jardim ou o jardineiro? É o segundo. Havendo um jardineiro, cedo ou tarde, um jardim aparecerá. Mas um jardim sem jardineiro, cedo ou tarde, desaparecerá. O que é um jardineiro? Uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardins. O que faz um jardim são os pensamentos do jardineiro. O que faz um povo são os pensamentos dos que o compõem.

Os grandes políticos não foram administradores de coisas. Foram criadores de povos. E o que é um povo? Santo Agostinho, 15 séculos atrás, disse que um povo é "um conjunto de seres racionais unidos por um mesmo objeto de amor". Ou seja, pessoas que partilham de um mesmo sonho. Émile Durkheim percebeu igual. Os povos, disse, não são feitos só "da massa de indivíduos que os compõem, dos territórios que ocupam, das coisas que usam, dos movimentos que executam. Eles são feitos, sobretudo, com as idéias que os indivíduos têm de si mesmos".

Foi precisamente isso que Chico Buarque disse em "A Banda". Cada um estava concentrado no seu sonhinho: a namorada, o faroleiro, o homem rico, a moça feia, o homem velho... Cada um na sua, não havia povo; tal como nós, do Brasil, país que não tem povo porque não há sonhos belos a ser sonhados. Mas aí passou uma banda. E o que ela tocava era tão bonito que os sonhos de cada um logo ficaram pequenos e foram esquecidos. Esquecidos os sonhinhos individuais, formou-se a procissão dos que seguiam o sonhão que a banda tocava. Um povo nasceu. "A Banda" contém uma teoria política sobre o nascimento de um povo. Faz uns meses, publiquei nesta seção uma carta inútil ao sr. Roberto Marinho. Usei de uma metáfora: o anúncio do Marlboro que aparece na TV. É lindo, com riachos cristalinos, raios de sol, bosques de pinheiros, cavalos selvagens. Eu, que não fumo, vendo o comercial, fico encantado. A beleza seduz, me faz sonhar. Quero estar lá. Após o curto feitiço, aparece a advertência do Ministério da Saúde: "Fumo produz câncer". É conhecimento científico. Frase verdadeira. E morta. Não conheço ninguém que tenha deixado de fumar por causa das verdades que o conhecimento científico enuncia. Conheço muitas que vieram a fumar por causa da sedução da beleza. Nossas escolas têm se dedicado a ensinar o conhecimento científico, com todos os esforços para que isso aconteça de forma competente. Isso é muito bom. A ciência é indispensável para que os sonhos se realizem. Sem ela, não se pode plantar nem cuidar do jardim.

Mas há algo que a ciência não pode fazer. Ela não é capaz de fazer os homens desejarem plantar jardins. Ela não tem o poder para fazer sonhar. Não tem, portanto, o poder para criar um povo. Porque o desejo não é engravidado pela verdade. A verdade não tem o poder de gerar sonhos. É a beleza que engravida o desejo. São os sonhos de beleza que têm o poder de transformar indivíduos isolados num povo. As escolas se dedicam a ensinar os saberes científicos, visto que sua ideologia científica lhes proíbe lidar com os sonhos (coisa romântica!). Assombra-me a incapacidade das escolas para criar sonhos. Enquanto isso, os meios de comunicação (principalmente a TV), que conhecem melhor os caminhos dos seres humanos, vão seduzindo as pessoas com seus sonhos pequenos, frequentemente grotescos. Assombra-me a capacidade desses meios para criar sonhos. Mas de sonhos pequenos e grotescos só pode surgir um povo de idéias pequenas e grotescas. Se o Ministério da Educação for só um gerenciador dos meios escolares, será difícil ter esperança. Pensei, então, que o ministério talvez tivesse poder e imaginação para integrar os meios de comunicação num projeto nacional de educação: semear os sonhos de beleza que se encontram no nascedouro de um povo. Assim, realizaria a sua vocação política de criar um povo. Por isso, Paulo Renato, considero sua posição de ministro da Educação a mais importante na vida política do Brasil. Da educação pode nascer um povo.

Rubem Alves, 64, educador, escritor e psicanalista, é professor emérito da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

"Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico."

– PAULO FREIRE



PEDAGOGIA DA ESPERANÇA

UM REENCONTRO COM A
PEDAGOGIA DO OPRIMIDO



PAZ E TERRA

Obrigada
